

## Exame de Introdução ao Estudo do Direito I

### Turma B – 10 de janeiro de 2019

I

Os arts. 1596.º e ss. do CC, que dispõem sobre certos aspetos do casamento católico, correspondem a regras da moral, a regras de uma ordem religiosa ou ao regime jurídico estadual. Compare estas três realidades.

II

António é proprietário de uma casa. A situação jurídica de António em relação à casa qualifica-se como direito subjetivo ou direito objetivo?

III

Bento assaltou a casa de Carlos e, durante o assalto, agrediu violentamente o proprietário da casa (Carlos). Duarte, vizinho de Carlos, alvejou Bento numa perna quando este fugia da casa assaltada. Bento foi condenado a 2 anos de prisão e a pagar 2 000 € a Carlos por danos não patrimoniais. Qualifique a ação de Duarte e as sanções impostas a Bento.

IV

O acórdão do Tribunal Constitucional que, pela terceira vez, considerou inconstitucional um artigo de certo decreto-lei é fonte de direito?

V

A Lei X foi publicada na terça-feira, 14 de agosto de 2018, não se especificando em que dia entrava em vigor. Em que dia se aplica a referida lei? Justifique.

VI

A Lei Y determinava que seriam pagas certas taxas pelos navios que aportassem em Lisboa. Posteriormente, o Decreto-Lei Z, de maio de 2017, estabeleceu novas taxas, determinando que continuariam a aplicar-se as anteriores taxas (Lei Y) enquanto durassem as obras de reestruturação do porto de Lisboa. As obras terminaram em março de 2018. O que aconteceu à Lei Y?

**Duração 90 minutos. Cotação 3 valores cada pergunta a que acrescem 2 valores de apreciação geral**

## Tópicos de correção

### I

As normas do Código Civil indicadas correspondem ao regime jurídico estadual, resultante de um acordo internacional vinculativo do Estado português, ainda que as soluções jurídicas consagradas nesses preceitos tenham uma origem em regras de ordem religiosa assim como em regras de ordem moral.

### II

O direito de propriedade de António sobre o bem imóvel é um direito subjetivo, cujo conteúdo se encontra no direito objetivo de propriedade.

### III

A ação de Duarte poderia ser legítima defesa se tivesse visado afastar a agressão contra Carlos (terceiro); todavia, depois do assalto consumado, a ação deixaria de ser justificada. A pena de prisão é uma sanção punitiva e a indemnização uma sanção compensatória.

### IV

Ainda que a jurisprudência não seja fonte direta de direito, no caso concreto, pela reiteração de três decisões, o acórdão do TC determina a inaplicabilidade do preceito (lei) declarado inconstitucional.

### V

Como nada se prescreve, a *vacatio legis* é de 5 dias, prazo que se começa a contar no dia seguinte ao da publicação, entrando em vigor no domingo 19 de agosto, pois o prazo é corrido, incluindo feriados e domingos.

### VI

A Lei Y foi revogada pelo Decreto-Lei Z, mas o termo de vigência daquela está dependente de um prazo incerto (termo das obras).